

RESOLUÇÃO Nº 43/2010

(Publicada no Diário Oficial de 21/12/2010)

Ver a Resolução 43/2020, que prorrogou por mais 6 (seis) meses, o prazo de fruição dos benefícios concedidos.

Ver Resolução nº 53/22, que prorrogou por mais 15 (quinze) anos, contado a partir de 01/01/2011, com efeitos a partir de 01/05/22, o prazo de fruição dos benefícios concedidos.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS, CNPJ nº 13.786.785/0001-11 e IE nº 000.002.260NO, instalada no município de Camaçari, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixa em 95% (noventa e cinco por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de pisos, revestimentos esmaltados e revestimentos cerâmicos, com prazo de fruição dos benefícios para 15 (quinze) anos, contado a partir de 1º de janeiro de 2011, com efeitos a partir de 1º de maio de 2022, tendo em vista a legislação vigente.

Nota: A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 53, de 29/04/22, DOE de 05/05/22, efeitos a partir de 05/05/22.

Redação originária, efeitos até 04/05/22:

"I - Crédito Presumido - fixa em 95% (noventa e cinco por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de pisos, revestimentos esmaltados e revestimentos cerâmicos, com prazo contado a partir de 1º de janeiro de 2011, até 31 de dezembro de 2020."

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

Art. 3º A empresa deverá assinar Contrato para Implantação de Indústria e Outras Avenças com o Estado da Bahia.

Art. 4º Revogar, a partir de 1º de janeiro de 2011, as Resoluções nºs 132/1999, 21/2002, 49/2006, 023/2010 e 024/2010.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2010.

JAMES SILVA SANTOS CORREIA
Presidente